

ADALBERTO ALABARCE

**A HISTÓRIA DA POLÍTICA ORGANIZACIONAL DA
EDUCAÇÃO BÁSICA DA ESCOLA ESTADUAL
PROFESSOR SEBASTIÃO DE CASTRO:
Um recorte na memória histórica de uma Unidade Escolar Pública.**

**INSTITUTO PAULISTA DE ENSINO
MOGI DAS CRUZES
2015**

ADALBERTO ALABARCE

**A HISTÓRIA DA POLÍTICA ORGANIZACIONAL DA
EDUCAÇÃO BÁSICA DA ESCOLA ESTADUAL**

PROFESSOR SEBASTIÃO DE CASTRO:

Um recorte na memória histórica de uma Unidade Escolar Pública.

**Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Licenciatura
em História, do , sob a orientação do Prof.
Antonio Edson dos**

Santos.

**INSTITUTO PAULISTA DE ENSINO
MOGI DAS CRUZES
2015**

ALABARCE, Adalberto.

A História da Política Organizacional da Educação Básica da Escola Estadual Professor Sebastião de Castro: Um recorte na memória histórica de uma Unidade Escolar Pública. Prof. Antonio Edson dos Santos. Mogi das Cruzes, 2015. p.

Monografia apresentada ao Curso de História, do Instituto Paulista de Ensino.

. Política;

. Educação;

. Memória.

**A HISTÓRIA DA POLÍTICA ORGANIZACIONAL DA
EDUCAÇÃO BÁSICA DA ESCOLA ESTADUAL
PROFESSOR SEBASTIÃO DE CASTRO:
Um recorte na memória histórica de uma Unidade Escolar Pública.**

ADALBERTO ALABARCE

APROVADA EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

PROF. ANTONIO EDSON DOS SANTOS
ORIENTADOR

PROFESSOR(A)

PROFESSOR(A)

Dedico este trabalho aos meus reais amigos, que me acompanharam durante todo esse processo.

De uma coisa, qualquer texto necessita: que o leitor ou a leitora a ele se entregue de forma crítica, crescentemente curiosa.

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
1. UM PEQUENO RELATO DO SURGIMENTO DO ENSINO NORMAL, MAGISTÉRIO E DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL	15
2. O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, A ESCRITA E A PRODUÇÃO DE TEXTOS	16
3. DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA PRODUÇÃO DE TEXTO	29
4. A PESQUISA, O QUESTIONÁRIO APLICADO E OS RESULTADOS OBTIDOS	43
5. SUGESTÕES DE ESTRATÉGIAS PARA A ERRADICAÇÃO DA DIFICULDADE MAIS FREQUENTE NA PRODUÇÃO DE TEXTO	53
CONCLUSÃO	61
BIBLIOGRAFIA	64
ANEXOS	67

RESUMO

A História da Política Organizacional da Educação Básica da Escola Estadual Prof. Sebastião de Castro: um recorte na memória histórica de uma unidade escolar pública promove relembrar o nascimento da escola e todo o seu percurso até os dias atuais envolvendo os aspectos políticos, sociais e econômicos que circundavam a época explorada, bem como as influências absorvidas pelas gestões estaduais e federais. Desde os anos 1959 a 2015, encontraremos histórias, ocorrências e situações que nos remontam como a Educação Básica Pública estava sendo conduzida, formada e transformada, em nome de interesses diversos e/ou da busca e procura da qualidade pública educacional. Entenderemos esse percurso memorial, se houve ou não, a qualidade no processo do ensino-aprendizagem e como a escola se administra ou é administrada para atingir o seu fim: promover a educação de seus alunos e compreender como esse sistema se forma e se ajusta diante de diferentes governos e políticas educacionais. Este artigo faz uma viagem no tempo político-organizacional-educacional dos anos 60 do século XX até a atualidade demonstrando a versatilidade, a complexidade e até mesmo o lado “sinistro” – despreocupação com a educação dos nossos políticos -, como mostra o apoio da comunidade em participar da evolução desta escola em acreditar e depositar confiança e pecúnia a favor da educação de qualidade.

Palavras-chave: Política; Educação; Memória.

09

ABSTRACT

A História da Política Organizacional da Educação Básica da Escola Estadual Prof. Sebastião de Castro: um recorte na memória histórica de uma unidade escolar pública promove relembrar o nascimento da escola e todo o seu percurso até os dias atuais envolvendo os aspectos políticos, sociais e econômicos que circundavam a época explorada, bem como as influências

absorvidas pelas gestões estaduais e federais. Desde os anos 1959 a 2015, encontraremos histórias, ocorrências e situações que nos remontam como a Educação Básica Pública estava sendo conduzida, formada e transformada, em nome de interesses diversos e/ou da busca e procura da qualidade pública educacional. Entenderemos esse percurso memorial, se houve ou não, a qualidade no processo do ensino-aprendizagem e como a escola se administra ou é administrada para atingir o seu fim: promover a educação de seus alunos e compreender como esse sistema se forma e se ajusta diante de diferentes governos e políticas educacionais. Este artigo faz uma viagem no tempo político-organizacional-educacional dos anos 60 do século XX até a atualidade demonstrando a versatilidade, a complexidade e até mesmo o lado “sinistro” – despreocupação com a educação dos nossos políticos -, como mostra o apoio da comunidade em participar da evolução desta escola em acreditar e depositar confiança e pecúnia a favor da educação de qualidade.

Palavras-chave: Política; Educação; Memória.

10

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado na EE Prof. Sebastião de Castro, do período de 15 de fevereiro a 10 de setembro de 2015, quando foi investigado diversos documentos que se encontravam no arquivo morto da referida Unidade Escolar, bem como sítios e livros de apoio às ocorrências de políticas públicas aplicadas nos diversos períodos da realidade da escola em pauta.

Este Trabalho de Conclusão de Curso se inicia no ano de 1959 percorrendo espaços históricos, geográficos, políticos, organizacionais de uma Unidade Escolar pública brasileira, situada no distrito de César de Sousa, no município de Mogi das Cruzes, localizada no Alto Tietê, dentro do estado de São Paulo, até os dias atuais. Tal percurso demonstrou a atuação, ora democrática, ora autoritária, ora ditatorial da política nacional e estadual na organização desse estabelecimento de ensino, em seus aspectos administrativos e pedagógicos, segundo o governo paulista e brasileiro, que lhe sucedeu.

O referido tema foi escolhido pela necessidade de se conhecer como o Estabelecimento de Ensino referenciado nasceu e se desenvolveu paralelamente à Política Pública da Educação Básica e à História da Educação, com o objetivo de auxiliá-lo em sua estrutura administrativa e pedagógica, junto ao seu projeto político pedagógico, sob o apoio das políticas públicas vigentes.

O trabalho está sustentado e apoiado em uma referência robusta do conhecimento organizacional desse estabelecimento de ensino, em um próspero resgate memorial político dessa escola pública, por meio de fotografias (locais, documentais e históricas), bibliografias reluzentes à política da época e, principalmente por meio de pesquisas no arquivo morto da Unidade Escolar, que “[...] constituem produções múltiplas, que refletem a própria multidimensionalidade e complexidade das realidades escolares e formativas, assim como a diversidade e

11

pluralidade dos meios de intervenção dos agentes educativos”. (MOGARRO. Disponível em: . Acesso em 14 mar. 2015).

O desenvolvimento deste trabalho está dividido em agrupamento de anos, a fim de prover o melhor entendimento das imposições, conquistas e mudanças políticas e organizacionais na estrutura de Leis e na administração dessa Unidade Escolar. Agrupamos os anos de 1959 a 1961; os de 1962 a 1963; de 1964; de 1965 a 1969; 1970 a 1974; de 1975 a 1979; 1980 a 1988; 1989 a 2001; 2002 a 2010; e de 2011 a Agosto de 2015, com o favorecimento à Unidade Escolar e suas transformações paralelas às vigências, tanto estaduais quanto federais, em seus aspectos políticos: governamentais, econômicos e educacionais.

A influência da administração político-econômica afeta, transforma e interfere em muito na educação pública, por isso, houve uma preocupação nossa na junção desses anos, para o melhor entendimento da História da Política Organizacional da Educação Básica da Escola Estadual Professor Sebastião de Castro e como isso interferiu e modificou ao longo dos anos essa Unidade de Ensino, que nasceu tão pequena e atualmente é bem maior, mas conservando seus aspectos de aconchego escolar.

Deleitaremos nosso percurso territorial político-econômico e pedagógico desde a fundação do Grupo Escolar Jardim São Pedro, que nasceu em um prédio particular do Instituto de Previdência Social do Estado de São Paulo, com apenas duas salas de aulas, seis classes, duas professoras titulares, uma professora substituta e uma Diretora intendente, para um total de 216 alunos, sendo 112 meninos e 104 meninas, divididos em três períodos; e atualmente, já com o nome de Escola Estadual Prof. Sebastião de Castro, possui 11 salas de aulas, uma sala de informática, uma biblioteca, uma sala de vídeo, duas cozinhas, uma quadra coberta, uma sala de educação física, uma sala de professores, uma sala de direção e uma para a vice-direção, uma sala de coordenação pedagógica, uma sala de mediação, uma sala de administração de material, um depósito de materiais em desuso, uma sala da fanfarra, uma sala de som, dois estacionamentos e a uma casa do caseiro, contando com mais de 870 alunos, divididos em dois períodos diferentes, tanto do

12

Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Explorando assim, as circunstâncias, ocorrências, curiosidades dessa transformação política pública de 1958 a 2015, buscando entender se houve uma melhora e evolução na qualidade de ensino público promovido aos nossos alunos, por meios da História da Política e da Organização da Educação Básica ministrada durante esse período.

Assim, temos por objetivo, humilde e inicialmente, responder a três questões:

- . Conhecer a memória da EE Prof. Sebastião de Castro (passado e presente – recortado em seus principais episódios);
- . Quais foram as influências das políticas públicas na EE Prof. Sebastião de Castro?; e,
- . Será que nesse período 1959 a 2015, ocorreu uma melhora na qualidade do processo ensino-aprendizagem?

Enfim, conhecer essa escola, sua história política e pública durante todos esses anos de acolhimento e formação estudantil.

1. PERÍODO ENTRE 1959 A 1961.

O distrito industrial de César de Sousa, localizado na cidade de Mogi das Cruzes/SP, fora um polo de fábricas, no qual a principal a Aços Anhanguera (Figura 2), onde agrupava muitos operários pela facilidade de transporte por via-férrea (Figura 1), que ainda liga São Paulo ao Rio de Janeiro, promovera assim a necessidade urgente da criação de uma escola local-emergencial, para abrigar os filhos desses funcionários; e motivados pela manobra política e mediante a catalisação de inúmeras pressões municipais à construção de escolas primárias em nossa região, as conhecidas GESC. (Disponível em: <<http://www.historia.fflch.usp.br>>. Acesso em: 14 mar. 2015).

Figura 1: Estação ferroviária de César de Sousa

Figura 2: Fábrica da Aços Anhanguera

14

O Grupo Escolar – GESC -, fora um novo modelo de organização escolar, que reunia as principais características da escola graduada, para implementar a educação popular (em massa).

SOUZA (2004, p. 114), nos relata que:

A escola graduada fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (gratuação do programa e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor.

Em março de 1959, o GESC (Grupo Escolar) Jardim São Pedro iniciou as suas atividades pedagógicas, sob a tutela do Decreto Lei nº 1, de 02/12/58, que oficializou seu funcionamento, no antigo prédio do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, sito à rua Ricieri José Marcatto, 600, localizado no distrito industrial de César de Sousa, no município de Mogi das Cruzes, ora pertencente à Grande São Paulo, atualmente Alto Tietê. Sendo que ainda permanece na escola até hoje, a placa de propriedade do IPESP (Figura 3).

Figura 3: Placa do Prédio do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP) – 1958.

15

A escola nascia envolta ao “Manifesto dos educadores mais uma vez convocados”, que fora redigido por Fernando de Azevedo e publicado em vários órgãos da imprensa no dia 1º de julho de 1959, com várias adesões, como as de Júlio Mesquita Filho, Almeida Junior, Anísio Teixeira e finalizando com Hugo Reis, totalizando 161 assinaturas em prol da reconstrução da educação de qualidade após 27 anos do Manifestação dos Pioneiros.

Esta mensagem, decorridos mais de 25 anos da primeira que em 1932 nos sentimos obrigados a transmitir ao público e às suas camadas governantes, marca nova etapa no movimento de reconstrução educacional que se procurou então desencadear, e que agora recebe a solidariedade e o apoio de educadores da nova geração. (Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em 14 mar. 2015).

O Grupo Escolar Jardim São Pedro que nascia de maneira simples e rápida também é nomeado pelo então Governador do Estado de São Paulo, Carvalho Pinto, que administrou o governo paulista durante o período de 1958 a 1963 e promoveu dentre outras coisas no âmbito da educação: a criação da Universidade de Campinas (Unicamp) e a Fundação de Amparo à Pesquisa. Todos os prédios, por ele decretados, tinham a marca de seu trabalho, que ainda permanece na escola até hoje (Figura 4).

Figura 4: Placa do Brasão do Estado de São Paulo
Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto

16

O Grupo Escolar Jardim São Pedro (Figura 5), na época, era um estabelecimento de ensino muito pequeno, envolvendo três salas, sendo duas para as aulas e uma para a direção e um único banheiro, para todos. Agregando um total de 216 alunos (crianças), sendo 112 meninos e 104 meninas, sob seis classes inseridas em três períodos de estudos distintos: o primeiro período das 08:00 às 11:00 h, envolvendo os 2^a, 3^o e 4^o anos (antigo primário), tendo como regentes duas professoras; o segundo período das 11:00 às 14:00 h, para o 2^o ano, tendo como regente uma única professora; e o terceiro período, das 14:00 às 17:00 h, para o 1^o ano, com duas professoras regentes. Todos dirigidos e supervisionados por uma única Diretora Interina e uma servente. Cada classe tinha em média 37 alunos (turmas mistas).

Figura 5: Desenho do Grupo Escolar Jardim São Pedro - 1960.

Para entendermos a política-econômica salarial da época, em 1959, o salário do professor era de 1,25 salário mínimo. (Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/033_bertha.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2015). Sendo que, o salário mínimo da época no Brasil era de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), logo, o salário mensal de um professor circundava em torno de Cr\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros). (Disponível em: <www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm>. Acesso em 16 Mar. 2015).

17

Até 1960, o sistema de educação do Brasil era centralizado no Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o modelo era copiado por todos os estados e municípios brasileiros. Com a aprovação da LDB - primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia. O pano de fundo dessa luta de 13 anos era a separação da Igreja do Estado, finalizando com o ensino religioso facultativo. (Disponível em: . Acesso em 16 mar. 2015).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB 4024/61) propõe em seu artigo 97:

"O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos. § 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva."

18

2. PERÍODO ENTRE 1962 A 1963.

Esse período envolveu o governo federal João Goulart – Presidente da República e Ademar de Barros – Governador do Estado de São Paulo, respectivamente, que tiveram dois grandes nomes do Ministério da Educação e Cultura: Darci Ribeiro e Julio Sambaqui. O primeiro procurou organizar a educação nacional, por meio de um Programa de Emergência, baseando-se na situação educacional do país, com relação à educação primária: **pouca formação e muita exclusão**. Com o apoio de Anísio Teixeira foi homologado o 1º Plano Nacional de Educação, elaborado pelo Conselho Nacional de Educação, que previa o investimento de 12% da arrecadação de impostos, para apoio a educações primárias, médias e superior brasileira. O plano previa a alfabetização de todas as crianças e jovens entre sete e 23 anos até o ano de 1970. Não vingou, pois Darci saiu do Ministério da Educação. Surge então o nome de Sambaqui, que promove a educação profissional – formação intensiva de mão de obra industrial - e na alfabetização de adultos pelo método de Paulo Freire. Foi exonerado devido ao Golpe Militar de 1964.

Durante o governo estadual paulista de Ademar de Barros, foi criado o Conselho Estadual de Educação. (Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 18 mar. 2015).

Em 1962 é criado o salário educação, marco histórico do Ministério da Educação. Até os dias de hoje, essa contribuição é fonte de recursos para a educação básica brasileira (Disponível em: Acesso em: 18 mar. 2015).

Nesse período, o Grupo Escolar Jardim São Pedro (GESC S. Pedro) continua com a mesma estrutura arquitetônica, mantendo seu grupo de funcionários, com um Diretor, uma servente e cinco professoras. O número de alunos continua basicamente o mesmo, alterando entre meninos e meninas, mas continuando a média por classe: 37. Os horários são os mesmos.

O salário mínimo, para conhecimento e comparação, em 1963 era de Cr\$ 21.000,00 (vinte e um mil cruzeiros) e o salário do professor, em média, eram 2,6

19

salários mínimos, ou seja, aproximadamente Cr\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil cruzeiros). (Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/033_bertha.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2015). Um aumento significativo, referente ao salário de 1959. Graças às reformas postuladas no governo federal de João Goulart.

Em 21 de março de 1963, faleceu em Santo André, o Professor e Diretor Escolar Emérito de Mogi das Cruzes, o Sr. Sebastião de Castro, aos 69 anos de idade (Figura 6).

Figura 6: Certidão de Óbito do Prof. Sebastião de Castro
21 mar. 1963.

20

Houve uma grande comoção do povo mogiano, devido a grande importância educacional do Prof. Sebastião de Castro, tanto para a rede pública de ensino quanto a particular (Figura 7).

Figura 7: Comunicado da missa de 7º dia do falecimento do Prof. Sebastião de Castro. Diário de Mogi, 27/3/63. nº 1198.

Nesse período de 1963, foi antecipado o plebiscito que estava programado para 1965, pois durante quase dois anos, que o parlamentarismo esteve em vigor e o Brasil teve três primeiros-ministros: Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima. Com o apoio dos militares, João Goulart conseguiu antecipar o plebiscito para 1963, e com 80% dos votos a favor foi mais que suficiente para garantir a volta do presidencialismo. (Disponível em: <http://www.educacao.uol.com.br>. Acesso em 20 abr. 2015).

3. ANO DE 1964.

O GESC Jardim São Pedro mesmo permanecendo com sua arquitetura original, ampliou seu quadro de funcionários, agora com um Diretor e três serventes. O quadro de professoras é o mesmo (cinco) e o número de alunos por classe aumenta-se para 39 alunos.

Com o Golpe Militar (1964), ocorreu uma nova política educacional. A implantação do tecnicismo, haja vista a necessidade de mão de obra, para a indústria, que crescia no Brasil.

O modelo político econômico tinha como característica fundamental um projeto desenvolvimentista que busca acelerar o crescimento sócio-econômico do país. A educação desempenhava importante papel na preparação adequada de recursos humanos necessários a incrementar o crescimento econômico e tecnológico da sociedade de acordo com a concepção economicista de educação (VEIGA, 1989, p. 34).

A educação tecnicista promove a alienação entre a prática e a teoria, pois o educando torna-se apenas um expectador das orientações instrumentais (GHIRALDELLI, 2000).

O Grupo Escolar Jardim São Pedro passou por sua primeira reforma arquitetônica, no final desse ano. De duas passou para cinco salas de aula.

No aspecto econômico, o Salário Mínimo em 1964, era de Cr\$ 42.000,00 (sessenta mil cruzeiros) e do professor 2,8 salários mínimos, ou seja, em torno de Cr\$ 118.000,00 (cento e dezoito mil cruzeiros) por mês. (Disponível em:

<www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/033_bertha.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015).

PERÍODO ENTRE 1965-1969.

O Grupo Escolar Jardim São Pedro passa a ser denominado Grupo Escolar Prof. Sebastião de Castro, a partir de 19 de junho de 1965 (Figura 8).

Figura 8: Convite da renomeação da Escola – 1965.

Ocorreu também na data de 19 de junho de 1965, a entronização do crucifixo, bem como o retrato do Patrono (Figuras 9 e 10).

Figura 9: O crucifixo demonstrando a influência católica nas escolas.

23

A entronização do crucifixo na escola demonstra claramente a influência católica nas escolas públicas, bem como a manifestação de fé na época (1965). O mesmo permanece na parede, onde fora colocado até hoje.

Figura 10: Retrato do Prof Sebastião de Castro

Em 1965, o musicista Jamil Romeiro, oferece à família Sebastião de Castro, o Hino ao Patrono (letra e melodia) numa partitura, para que lhe fosse eternizada a figura ilustre do Professor Sebastião de Castro (Figuras 11 e 12).

Figura 11:

Dedicatória do Hino ao Patrono à família Sebastião de Castro

24

Nosso Patrono.

Letra e música: D. J. M. Gonçalves Romeiro.

Figura 12: Partitura do Hino ao Patrono

25

SINGELA BIOGRAFIA DO PROF. SEBASTIÃO DE CASTRO.

Filho do Major Honorato Pereira de Castro e de D. Mariana da Gama Castro, nasceu em Silveiras, Estado de São Paulo, a 06 de agosto de 1894. Foi o penúltimo filho do casal e passou sua infância em sua terra natal (Figura 13).

Figura 13: Registro Geral e Título de Eleitor do Prof. Sebastião de Castro.

Manifestando de cedo inteligência privilegiada realizou seus estudos primários em Silveiras e os secundários no Seminário de Pirapora (MG). Nessa ocasião teve como padrinho de crisma, Sua Exa. Reva. D. Duarte Leopoldo, então

26

Bispo Diocesano (Figura 14).

Figura 14: Certidão de Crisma do Prof. Sebastião de Castro
12 de julho de 1907.

Sebastião de Castro frequentou a tradicional Escola Normal “Caetano de Campos”, da capital paulista na qual se diplomou professor primário (atualmente é a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo). Nessa época, sua personalidade e excelente conhecimento do vernáculo, já faziam-no merecedor da admiração de seus mestres e colegas.

Iniciou sua vida de mestre escolar em 21 de março de 1914, aos 20 anos, quando por decreto da mesma data, foi nomeado professor da Escola do Bairro dos Venâncios em Redenção da Serra/São Paulo.

Por ato de 19 de agosto do mesmo ano, foi designado par reger a primeira das Escolas Reunidas do município e por decreto de 26 de julho de 1915, foi removido da Escola do Bairro dos Venâncios para a segunda das Escolas Reunidas, em caráter efetivo, ainda do mesmo município.

27

Dois anos mais tarde, em 1917, aos 23 anos, casou-se com D. Olga de Mendonça e teve sete filhos (Figura 15).

Figura 15: Professor Sebastião de Castro (dir) D. Olga (esq) sentados e seus sete filhos.

Em 1920, por decreto de 15 de julho, foi nomeado Diretor das Escolas Reunidas, localizadas no município de Redenção da Serra/SP.

Em 1922, por decreto de 26 de outubro, aos 28 anos, foi removido para Guaíra, município de Orlândia, a fim de exercer o campo de Diretor das Escolas Reunidas dessa cidade.

Por decreto de 22 de janeiro de 1925, foi nomeado Diretor do G.E. De Indaiatuba.

Posteriormente foi Diretor do G.E. de Mogi das Cruzes, de São José dos Campos e do município de Socorro, do Grupo Escolar Cel. Olympio G dos Reis (Figura 16).

28

Figura 16: Prof. Sebastião de Castro (centro-sup), padre diocesano

(esq) e Professora (dir). 09 de junho de 1929.

O Governador do Estado de São Paulo, por meio do Serviço Social do Estado, colocou em prática o plano de recuperação de menores delinquentes, solicitou ao Sr. Secretário de Educação, indicação de elementos do magistério primário, com condições pedagógicas capaz de exercer a função de professor de adolescentes marginais. Dentre os escolhidos estava o Prof. Sebastião de Castro, que no Reformatório Modelo, em São Paulo, exerceu com brilho suas funções.

Em 1930, aos 36 anos, era Diretor do 1º Grupo Escolar de Mogi das Cruzes, onde formou várias alunas, sendo uma delas, sua filha: Celina Mendonça de Castro, em 29 Nov. 1930, seus estudos preliminares – 4o. Ano primário (Figura 17).

29

Figura 17: Certificado de habilitação preliminar (4º Ano primário).
29 Nov. 1930 – filha do Prof. Sebastião de Castro.

Em 1932, com 38 anos, participou da Revolução Constitucionalista nas frentes de combate, sendo conclamado em 1950 (Figura 18).

Ao término da Revolução, assume novamente como diretor das Escolas Reunidas em Guarulhos e finalizando suas atividades em Mogi das Cruzes.

Figura 18: Certificado de participação na Revolução
Constitucionalista de 32.

Durante o período em que exerceu o magistério no referido Reformatório, por duas vezes, foi classificado e indicado para promoção ao cargo de Inspetor Escolar,
30

entretanto, era homem por demais apegado aos deveres familiares, rejeitou tais promoções. Isto porque, para aceitá-las teria que se transferir, com a família, para outra localidade prejudicando o estudo de seus filhos. Ou então, não levando a família, teria que passar os encargos familiares para sua digna esposa, já sem condições de saúde suficientes para arcar sozinha com tais responsabilidades.

Tanto assim é que o Prof. Castro, como era normalmente chamado conseguiu seu ideal, isto é, fazer dos filhos todos, professores normalistas.

Finalmente, à 9 de setembro de 1947, quando na direção, pela segunda vez, do Grupo Escolar “Cel Almeida”, de Mogi das Cruzes, aposentou-se após 34 anos de dedicação ao magistério primário do Estado. Contava então com 53 anos de idade.

Após sua aposentadoria foi convidado pelo digno Diretor do Liceu Braz Cubas (Mogi das Cruzes), Dr. Plínio Boucauly, à incumbência de dar aulas como professor de Economia Política e Prática de Propaganda, a qual aceitou.

Exerceu também o magistério particular no Ateneu “Rui Barbosa” e “Ginásio Paulistano”, ambos em São Paulo.

Faleceu em 21 de março de 1963, aos 69 anos de idade, deixando esposa, D. Olga Ortiz de Mendonça e os filhos Marília, Zelia, Isis, Sebastião, Helcira, Olga e Maria - todos maiores (Figura 19).

Deixando também um legado uma história de caráter e personalidade robusta, firme, digna e exemplar para todos os professores da rede pública e privada, que tanto labutam pela qualidade e dignidade da profissão de professor.

Em todos os ambientes que esteve presente ministrando suas atividades profissional o Prof. Sebastião de Castro deixou marcas que inspiram e lembram o lado bom e positivo do educador estendendo seus feitos por todo o estado de São Paulo.

Em suas escritas denotava a presença de um ser humano preocupado com o bem estar alheio, tanto para seu alunado como também sua equipe de mestres e mestras que o ladeavam profissionalmente.

Em seu lar demonstrou a benignidade de um pai, de um marido e de um amigo que estava presente e protetor de seus ideias familiares, conjugais e sempre

31

preservando e protegendo seus entes até o final de sua existência terrena.

Figura 19: Certidão de óbito do Prof. Sebastião de Castro.

Assim, finaliza essa singela biografia de nossa personagem central.

32

Em 31 de março de 1965, ocorre o Acordo MEC-COTAP-USAID para melhoria do ensino médio envolvia assessoria técnica americana para planejamento do ensino e o treinamento de técnicos brasileiros nos Estados Unidos.

Em 29 de dezembro de 1965, ocorre o Acordo MEC-USAID que dá continuidade e suplementa com recursos e pessoal o primeiro acordo para o ensino primário. (Disponível em: www.monogafias.brasilecola.com. Acesso em 14 abr. 2015).

Em 1966, o Grupo Escolar Prof. Sebastião de Castro, passa por uma renovação em seu quadro administrativo e docente contendo um diretor, um auxiliar, três serventes, com a inovação de um regente e um auxiliar para o canto orfeônico na escola.

A origem do orfeão ocorreu na França ainda no século XIX, com o apoio de Napoleão III. O canto orfeônico consistia na formação de grupos vocais “a capela”, ou seja, sem acompanhamento de instrumentos musicais. Esta prática distinguia-se do tradicional coral, devido a seu caráter simples e desprovido de senso estético, voltado a um público

leigo. A nomenclatura seria uma homenagem ao mitológico Orfeu, uma divindade grega que era capaz de emocionar qualquer ser vivo com sua lira. (Disponível em: www.recantodasletras.com.br. Acesso em: 15 abr. 2015).

O GESC Prof. Sebastião de Castro nesse ano tinha dois períodos de aulas: o primeiro das 08:20 h às 12:20 h e o segundo das 12:30 h às 16:30 h. Com sete professoras em cada período e três substitutas efetivas, para atender 655 alunos, sendo 359 meninos e 296 meninas, numa média de 39 alunos por classe.

A Delegacia do Ensino Elementar promove em 06 de dezembro de 1966, a 1ª Comunhão Católica no Grupo Escolar Prof. Sebastião de Castro, envolvendo todos os alunos que nunca participaram de uma eucaristia; tal ato baseou-se no Decreto 47404/66, artigo 8º, que informa: “Além da Educação Física e da Educação Religiosa poderão completar a estrutura curricular do ciclo ginásial uma ou mais das seguintes práticas educativas”. (Disponível em: www.governo-sp.jusbrasil.com.br. Acesso em 15 abr. 2015).

A predominância ainda da Igreja Católica na educação brasileira é bem pontual, mantendo-se o vínculo do catequismo com referência à uma educação de qualidade.

33

O político Abreu Sodré assume o governo paulista em 1967 até 1971, criando o CEETEPS (Centro Tecnológico Paula Souza) existente até hoje.

O salário mínimo em 1969, para conhecimento na época era de NCr\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis cruzeiros novos)(Disponível em: www.gazetadeitauna.com.br. Acesso em: 15 abr. 2015); e o salário do professor era de 2,83 salários mínimos, ou seja, em torno de NCr\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros novos) por mês. (Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/033_bertha.pdf). Acesso em: 15 abr. 2015).

PERÍODO ENTRE 1970-1974.

No período de 1971 a 1974, o Governador do Estado de São Paulo foi o senhor Laudo Natel, o qual entrega ao Secretário da Educação, o Sr. Paulo Gomes Romeo, uma frota de 15 variants (veículos) para serem distribuídos pelas Diretorias Regionais de Ensino, em 29.10.1974. (Disponível em <www.arquivoestado.sp.gov.br/iconografico/filmes/php> Acesso em: 16 Nov. 2013).

Em 1970, o prédio do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo é transferido definitivamente para a Secretaria de Educação e Saúde de São Paulo, passando por uma reforma estrutural ampliando-se para sete salas de aula e 18 classes e um gabinete dentário - ao final do ano. Com um total de 18 professoras efetivas, ministrando aulas para os 1º anos até os 4º anos primários, para um total de 771 alunos, sendo 390 meninos e 381 meninas, tendo por média 37 alunos por sala. Tendo como seu corpo administrativo: um diretor, um diretor substituto, um auxiliar administrativo e dois serventes, dirigidos pela Delegacia de Ensino Elementar da Região Leste.

As documentações escolares a partir deste ano são datilografadas e não mais manuscritas.

As Leis 5540/68 e 5692/71, respectivamente, efetuaram-se no Brasil, reformas tanto no Ensino Superior, como nos 1º e 2º Graus. No 2º Grau, promove-se a profissionalização, destinados aos “órfãos, aos miseráveis, aos abandonados, aos delinquentes” e somente adiante, bem mais adiante à “formação de operários”. Tal projeto não teve adesão ou apoio da classe média. E, a obrigatoriedade da educação dos 7 aos 14 anos de idade. (Disponível em <www.educacaopublica.rj.gov.br> Acesso em: 15 Nov. 2013).

ALMEIDA (1988, p. 59) nos diz que:

“A Lei 5692/71 veio trazer uma conotação mais ampla ao supletivo. Assim é que o ensino supletivo, antes designando os cursos básicos de adultos e os exames de madureza, tem agora por finalidade suprir a escolarização regular de adolescentes e adultos que não a tenham concluído na idade própria, assim como proporcionar estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte” (p. 59 –ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. O Ensino noturno no estado de São Paulo: um pouco de sua história e de seus problemas Caderno de Pesquisa. São Paulo, agosto de 1988. (Disponível em

<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/704.pdf>.

Acesso em: 15 Nov. 2013).

Em 1971, o GE Prof. Sebastião de Castro permanece a mesma estrutura arquitetônica, ampliando-se o seu corpo administrativo com a figura do Cirurgião Dentista, amparado pelo Decreto n. 9873, de 28 de dezembro de 1938 (Disponível em www.al.sp.gov.br) Acesso em: 15 Nov. 2013).

O Serviço Dentário Escolar da Secretaria da Educação de São Paulo “tem dentistas lotados em vários grupos escolares estaduais [...]” (Disponível em www.scielo.org.br/pdf/rsp/v4n1/10.pdf). Acesso em 15 Nov. 2013).

A Resolução 3, de 20/01/1972, publicada no Diário Oficial de 29/01/1972, faz o Grupo Escolar Prof. Sebastião de Castro integrar-se com o Grupo Escolar Vila Suíça, tornando-se assim o Ginásio Escolar Prof. Sebastião de Castro, que atendera também o ensino ginasial, ao respeitar o Decreto-Lei nº 4244, de 9 de abril de 1942, Capítulo II, Art. 2º: “O ensino secundário será ministrado em dois ciclos O primeiro compreenderá a um só: o curso ginasial [...]” (Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br). Acesso em: 16 Nov. 2013).

Nos anos de 1972 e 1973, o quadro de funcionários amplia-se, passando a ter: um diretor, um diretor substituto, um assistente de diretor, quatro auxiliares de direção, dois serventes, um cirurgião dentista.

O corpo discente também se amplia, tendo 991 alunos, sendo 492 meninos e 499 meninas, desde o primário (4 anos) e o ginásio (4 anos). Numa média de 35 alunos por sala, divididos em três períodos distintos: diurno (das 07:00 h às 10:50 h – 1a. a 4a. Série); matutino (11:00 h às 14:50 h – 1a. a 4a. Série); vespertino (15:10 h às 19:00 h – 5a. a 8a. Série) e noturno (19:20 h às 23:10 h – 5a. a 8a. Série).

Devido a integração de duas escolas numa única unidade, o Ginásio Escolar Prof. Sebastião de Castro, passa por uma outra reforma, ampliando suas dependências para 11 salas e 20 classes, dois banheiros reformados, uma cozinha e uma cantina.

Extingue-se o Canto Orfeônico e o Curso de Música, os quais é substituído pela Educação Artística, segundo a LDB 5692/71, Capítulo I, Artigo 7º, que determina: “Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus”. (Disponível em: . Acesso em: 16 Nov. 2013).

Em 1974, surge a função de secretário escolar, escriturário e inspetor de alunos no quadro de funcionários do Ginásio Escolar Prof. Sebastião de Castro. O Governador Laudo Natel institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário, por meio da Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974, principalmente para contratação de professores temporários, devido à demanda de alunos matriculados nos Ginásios e Colégios Escolares. Assim, também surge a contratação de professores temporários, por emergência, para o estado de São Paulo. Atualmente esses professores são “estáveis” da categoria “F”.

O salário mínimo nesse período é de Cr\$ 532,00 (quinhentos e trinta e dois cruzeiros). (Disponível em: www.gazetadeitauna.com.br. Acesso em: 14/11/2013); e o salário do professor é aproximadamente Cr\$ 1700,00 (hum mil e setecentos cruzeiros), ou seja, 3,11

vezes o salário mínimo da época. (Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/033_bertha.pdf. Acesso em: 14/11/2013).

Período entre 1975 a 1979.

Em 1975, o 24º Governador do Estado de São Paulo foi o Sr. Paulo Egydio, que na área da educação, inaugurou a Universidade Estadual Paulista (UNESP).

A estrutura física do Ginásio Escolar Prof. Sebastião de Castro se mantém a mesma, juntamente com o seu quadro de funcionários. Os horários de estudo são os mesmos, bem como o número de classes e salas de aula. É implantada a disciplina de OSPB (Organização Social e Política Brasileira) nas séries finais do ginásio (8a. Série), a qual pelo Decreto Lei 869/68 é obrigatória no currículo escolar, a partir de 1969 (Disponível em: www.educabrasil.com.br/eb/disc/dicionario.asp?id=365). Acesso em: 17 Nov. 2013).

Ocorre na escola, a campanha de vacinação, para todos os alunos (crianças acima de 7 anos de idade). A chamada vacinação com o “revolvinho”, - BCG (Disponível em: www.scielo.br). Acesso em: 17 Nov. 2013).

Em 1976, o Ginásio Escolar Prof. Sebastião de Castro, passa a ser denominado de EEFG Prof. Sebastião de Castro, segundo o Decreto 7400, de 30/12/75 e a Resolução SE 28, de 29/01/76. Dirigida pela Delegacia de Ensino Básico da 5ª Região Leste. Com uma área de 4830 m² (terreno) e 2508 m² de construção, ampliou-se suas dependências com um biblioteca e ampliação da cozinha (devido a implantação do PRONAN II (Programa Nacional de Alimentação e Nutrição), que abrigava os escolares de sete a 14 anos de idade (Disponível em: www.scielo.br). Acesso em 16 Nov. 2013).

Nesse período iniciam-se suas aulas em março. Seu quadro de funcionários se expressa com um diretor, uma assistente de direção, dois auxiliares de direção, um escriturário, um secretário, um inspetor de alunos, um cirurgião dentista e quatro serventes.

As disciplinas estudadas nesse ano pelos alunos são: Português, História, Geografia, Matemática, Ciências, Educação Física Masculina, Educação Física Feminina, Desenho Geral, Educação Musical, EMC, OSPB, Estudos Sociais, Técnicas Comerciais, Artes Plásticas, Educação Artística e Inglês. Distribuídas nas séries básicas do 1º grau.

A EEFG Prof. Sebastião de Castro tem quatro períodos letivos: das 07:00 h às 10:50 h, contemplando entre 1a. a 4a. Série, com 11 classes, agrupando 384 alunos, sendo 206 meninos e 178 meninas; das 11:00 h às 14:50 h, abrangendo da 1a. a 4a. Série, com 11 classes, agrupando 414 alunos, sendo 202 meninos e 212 meninas; das 15:10 h às 19:00 h, englobando entre 8 classes, agrupando 253 alunos, sendo 111 meninos e 142 meninas; e das 19:20 h às 23:10 h, agrupando 226 alunos, sendo 139 meninos e 87 meninas. Totalizando 36 classes e agrupando 1277 alunos, sendo 658 meninos e 619 meninas.

Em 1977, ocorre alteração no quadro administrativa, pedagógica e estrutural da Unidade Escolar, passando a ter um diretor, um diretor substituto, uma assistente de direção, um secretário, duas escriturarias, uma orientadora educacional (OEMC), duas inspetoras de alunos e cinco serventes. O cargo de cirurgião dentista não existe mais. Na área pedagógica, as disciplinas são as mesmas, menos Artes Plásticas. É construída mais uma sala de aula, passando assim, a ter 13 salas e uma sala de leitura. Os horários dos períodos letivos são os

mesmos, reduzindo um pouco o número de alunos, totalizando 1270, sendo 433 no primeiro período, 393 no segundo, 299 no terceiro e 175 no período noturno.

Em 1978, a Unidade Escolar ampliou o quadro administrativo para mais uma servente e é incluída a disciplina de Educação para o Trabalho. A Secretaria da Educação anuncia que fará investimentos na reforma de prédios, compra de livros, equipamentos didáticos e merenda escolar (Disponível em: <www.r7.com.br/anos-70>. Acesso em: 17 Nov. 2013). Amplia-se o número de alunos, totalizando 1346, distribuídos nos quatro períodos letivos.

Em 1979, somente teve 140 dias letivos de aula, não respeitando os 180 obrigatórios, pela Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961, por motivo de reforma escolar. Os corpos administrativos, docentes, discentes e as disciplinas estudadas continuam as mesmas. Ocorreu a promulgação da Lei 6683/79: Lei da Anistia Política pelo então presidente do Brasil General Figueiredo em 28 de agosto desse ano (Disponível em: <[www.wikipedia.org/wiki/L.ei_da_anistia\(Brasil\)](http://www.wikipedia.org/wiki/L.ei_da_anistia(Brasil))>. Acesso em: 17 Nov. 2013).

O salário mínimo em 1979 é de Cr\$ 2 268,00 (dois mil, duzentos e sessenta e oito cruzeiros). (Disponível em: <www.gazetadeitauana.com.br. Acesso em: 17/11/2013); e o salário do professor é aproximadamente Cr\$ 6 800,00 (seis mil e oitocentos cruzeiros), ou seja, 3,06 vezes o salário mínimo da época. (Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/033_bertha.pdf. Acesso em: 17 Nov. 2013).

Período entre 1980 a 1988.

Os governadores do estado de São Paulo, nesse período, foram: Paulo Maluf (até 1982); Maria Marin (até 1983); Franco Montoro (até 1987) e Orestes Quercia (até 1991).

Em 1980, a EEPG Prof. Sebastião de Castro mantém sua estrutura física anterior, mas tem mudanças administrativas, passando a atuar em três horários distintos: das 07:45 h às 11:45 h, com alunos da 1a. a 4a. Séries, num total de 12 classes, sendo 153 meninos e 125 meninas, totalizando 278 alunos; das 13:00 às 17:25 h, brigando os estudantes das 5a. a 8a. Séries, com 12 classes também, agrupando 110 meninos e 135 meninas, num total de 245 alunos; e o período noturno, da 19:00 h às 22:35 h, aos alunos das 5a. a 8a. Séries, com quatro classes, agregando 46 meninos e 31 meninas, num total de 77 estudantes. A escola neste ano era composta de 600 alunos, bem inferior aos anos passados. A demanda é menor devido ao maior número de escolas construídas e presentes na região.

Na parte administrativa surge a função de Coordenador Escolar, para auxiliar a direção escolar. São cumpridos os 180 dias letivos oficiais.

Referente à governabilidade política de Paulo Maluf (até 1982) temos uma frase sobre a educação, especificamente às professoras: “Professora não é mal paga, é mal casada” (Disponível em: <www.ultimosegundo.ig.com.br>. Acesso em 17 Nov. 2013), devido à manifestação de greve, por parte dos professores, reivindicando melhores condições de trabalho e salário.

Em janeiro de 1980, quatro chapas da CPEU só conseguiu tomar posse com liminar da justiça, no dia 10 de maio de 1980. Ao final da greve, Maluf respondeu com mais arrocho salarial, desconto dos dias parados e atos de arbitrariedade. O maior deles foi o corte do repasse das mensalidades da APEOESP, apostando no enfraquecimento da

entidade com a redução do número de sócios. Ele querida o fim da APEOESP. Não conseguiu (Disponível em: <www.apeoesp.org.br/o-sindicato/historia/>. Acesso em: 17 Nov. 2013).

Em 1981, a estrutura física e administrativa da EEPG Prof. Sebastião de Castro continuam as mesmas, incluindo na área pedagógica curricular, a disciplina de Educação para o Trabalho, no período noturno. O número de alunos matriculados aumentou para 886 neste ano.

A influência da Igreja Católica é muito nítida nesta Unidade Escolar. A colação de Grau e entrega de canudos aos alunos formandos da 8a. Série (1981) foi na Igreja Matriz de Mogi das Cruzes com celebração de missa.

Desde o começo dos anos 1980, a Igreja Católica Progressista organizou e influenciou as práticas, as ideias e os objetivos da sociedade brasileira [...] influenciou o Forum Mundial Social [...] (Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em 18 Nov. 2013).

Em 1982, promulga-se a Lei 7044, de 18 de outubro de 1982, revogando a Lei 5692/71, referente à profissionalização do ensino de 2º Grau (Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 18 Nov. 2013).

Com 600 alunos matriculados, a EEPG Prof. Sebastião de Castro, mantém três períodos letivos, com 12 classes no primeiro e segundo e quatro no noturno. Amplia-se o seu quadro administrativo com a função de Coordenadora de Saúde (enfermeira escolar).

Quanto às propostas políticas de saúde em nível nacional, em 1980 os Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social lançam o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde – PREV-SAÚDE, objetivando estender a cobertura de serviços básicos de saúde, reordenar a atuação do setor público de saúde, racionalizar a oferta de serviços, promover a melhoria das condições sanitárias do ambiente.” (Disponível em: <www.books.google.com.br>. Acesso em 18 Nov. 2013).

Em 1983, foi eleito democraticamente o governador do Estado de São Paulo (Franco Montoro), do PMDB, permanecendo até 1987.

A estrutura física continua a mesma. Não existe mais a função de Coordenação de Saúde (enfermeira escolar). Ocorrem mudanças nas disciplinas dos alunos da 1a. a 4a. Séries, passando a ter as seguintes: Português, Educação Artística, Educação Física, Estudos Sociais, Matemática, Ciências, Comunicação e Expressão, Integração Social e Iniciação à Ciências.

Em 1984, respeitando a Lei nº 5692/71, a EEPG Prof. Sebastião de Castro passa a admitir alunos do 2º Grau, assim transforma-se em EEPSG Prof. Sebastião de Castro. Além das disciplinas já existentes surgem: Psicologia, OSPB, Educação para o trabalho, Desenho,

Arte Musical, Educação Moral e Cívica e Sociologia. Passando a existir a figura da recuperação no final do ano (exame).

Foto 6: FASEC (Fanfarra Sebastião de Castro).

A fanfarra da escola teve seu início de maneira bem simples, quase despercebida, nos anos de 1980. Em 1984, criou corpo, com os alunos do ensino do 1º Grau, mas foi, por meio do auxílio de doações anuais da família do Patrono, a partir de 1994 (Centenário do aniversário do Prof. Sebastião de Castro), que a mesma prosperou e mantém-se até hoje, participando de exposições, competições e desfiles cívicos e comemorativos, representando a Unidade Escolar em Mogi das Cruzes e em todo o estado de São Paulo. Tendo como emblema: FASEC (Fanfarra Sebastião de Castro) (Foto 6).

Nos anos de 1985 e 1986, nada foi alterado, permanecendo na mesma estrutura física, administrativa e pedagógica, basicamente.

Em 1987, inicia-se a Suplência (1º Grau), no período noturno, nesta Unidade Escolar. Os períodos matutino e vespertino passam a ser ministrados para o ensino primário e de primeiro grau respectivamente e no noturno há também o ensino de 2º grau. Ocorre uma ampliação do número de alunos, passando para 1200 ao total, em todos os períodos. Respeitando a Lei 5692/71.

O salário mínimo em 1988 é de Cz\$ 3 600,00 (três mil e seissentos cruzados). (Disponível em: <www.gazetadeitauna.com.br. Acesso em: 18 Nov. 2013); e o salário do professor é superior a Cz\$ 25 200,00 (vinte e cinco mil e duzentos cruzados) ou seja, 7,37 vezes o salário mínimo da época. (Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/033_bertha.pdf. Acesso em: 18 Nov. 2013). Isso representou o maior salário que um professor estadual recebeu. O governador Franco Montoro valorizou os funcionários públicos.

Em 1988, “A presença da educação na Constituição Federal deve ser examinada necessariamente com bases [...] no artigo 3º [...] denominado “Da Educação, da Cultura e do Desporto”. (Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 18 Nov. 2013).

A EEPSG Prof. Sebastião de Castro mantém sua estrutura física anterior, mas tem mudanças, passando a atuar em três horários distintos: das 07:45 h às 11:45 h, com alunos da 1a. a 4a. Séries, num total de 12 classes, sendo 150 meninos e 140 meninas, totalizando 290 alunos; das 13:00 às 17:25 h, abrigando os estudantes das 5a. a 8a. Séries, com 12 classes também, agrupando 130 meninos e 150 meninas, num total de 280 alunos; e o período noturno, da 19:00 h às 22:35 h, aos alunos das 5a. a 8a. Séries – Suplência, com uma sala, com 40 homens e 15 mulheres, totalizando 55 alunos, e o Ensino de 2º Grau, com quatro classes, agregando 86 meninos e 54 meninas, num total de 140 estudantes. A escola neste ano era composta de 745 alunos. Com uma média de 30 alunos por sala. No aspecto administrativo, a escola possui um diretor, um vice-diretor, um secretário, duas escriturárias, três serventes, duas cozinheiras, três inspetores de alunos e duas coordenadoras escolares.

O salário mínimo em 1988 é de Cz\$ 40 425,00 (quarenta mil e quatrocentos e vinte e cinco cruzados). (Disponível em: <www.gazetadeitauna.com.br. Acesso em: 18 Nov. 2013); e o

salário do professor é superior a Cz\$ 200 000,00 (duzentos mil cruzados) ou seja, 5,71 vezes o salário mínimo da época. (Disponível em:

www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/033_bertha.pdf. Acesso em: 18 Nov. 2013).

Período entre 1989 a 2001.

Os governadores do Estado de São Paulo nesse período foram Orestes Quércia, Fleury e Mario Covas, respectivamente.

O período dos anos de 1989 a 1995 foram seguidos de uma reestrutura pedagógica e administrativa na EEPSG Prof. Sebastião de Castro, onde por motivo de reforma e construção de novas escolas, as escolas Rio Acima e Conjunto Jefferson sitiaram-se no prédio.

A EEPSG Prof. Sebastião de Castro foi dividida teoricamente em três escolas em um única, tendo assim triplicado o seu número de funcionários administrativos, corpo docente e discente.

As salas ficaram superlotadas, por conta do agregamento de outras duas unidades escolares, bem como a complexa relação discente e do corpo docente variados, ou seja, tinha-se 03 diretores, 06 vices-diretores, 15 coordenadores pedagógicos, 140 professores, 20 inspetores, 30 serventes e cerca de 3600 alunos, divididos em quatro períodos de aulas: diurno (07:00 h às 12:20 h); matutino: (11:10 h às 15:30 h), vespertino (13:00 h às 18:20 h) e noturno (19:00 h às 23:00).

Conforme, o término e construção das escolas, o número do corpo administrativo, docente e discente vai diminuindo, nos subseqüentes anos.

Ao findar desse período tri-escolar, a EEPSG Prof. Sebastião de Castro passa por uma nova reforma em suas dependências (banheiros (alunos e professores), cozinha, cantina, biblioteca, sala de informática, laboratório de química, quadra de esportes, construção da casa do caseiro, salão de esportes da quadra, pavimentação do piso externo e das salas de aula, pintura, telhado do pátio, cercamento superior da parte frontal da escola, reforma da sala dos professores e da secretaria.

Mesmo com a reforma, as aulas prosseguem-se normalmente, em meio a entulhos, tintas e barulho.

Inicia o programa de Ronda Escolar na Unidade Escolar, respeitando o Decreto Lei nº 28.624, de 03 de agosto de 1988 (Disponível em:

www.polmil.sp.gov.br/unidades/1bpmm/atividades.htm). Acesso em: 19 Nov. 2013). Quando o livro de anotações de ocorrências é preenchido, por diversas circunstâncias, tais como: “Em 25/11/92, ocorrência de desinteligência entre duas alunas, Elaine Cristina do 3º B e Valquiria da 8ª A; Em 04/04/1994, o aluno Adriano, do 1º F, foi surpreendido com coca-cola com conhaque e cola de sapateiro no interior da escola; Em 20/11/95 – explode uma bomba caseira no pátio da escola; Em 20/3/1996, brinca fora da escola; Em 27/5/1997 – Briga no interior da escola; Em 14/10/1998, alunos esvaziaram os pneus de quatro professores; e até os dias de hoje. A Ronda Escolar marca presença em todos os períodos escolares, por meio de livro próprio, bem como atende as solicitações da equipe gestora quando acionados.

Em 1994, a comunidade escolar bem como os atores principais foram convidados para a Comemoração do Centenário de Aniversário do Prof. Sebastião de Castro (imagem 10).

Imagem 10: Convite para a cerimônia de comemoração
do Centenário do Prof. Sebastião de Castro

Principalmente no dia 06 de agosto, foi comemorado o Centenário de nascimento do Prof. Sebastião de Castro, Patrono da Escola, com uma semana comemorativa, participando toda a comunidade escolar, seus 1600 alunos, 60 professores e demais funcionários administrativos e registrado pela imprensa municipal (Imagem 11).

Imagem 11: O DIARIO, Mogi das Cruzes, Sexta-Feira, 19 de Agosto de 1994. Caderno A-3.

Todos os parentes do Patrono Prof. Sebastião de Castro estiveram presentes na comemoração do Centenário de seu aniversário. Sendo que, a referida família em todos os anos que se comemora o referido aniversário está presente, demonstrando seu afeto e carinho pelo querido professor, bem como pela escola que celebra seu nome com muita labuta, honra e dignidade.

A família do Prof. Sebastião de Castro doa todos os anos um valor em dinheiro, para a manutenção da fanfarra, bem como auxiliar a escola em suas atividades pedagógicas e administrativa. No ano de 2011, o valor doado foi de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), já o valor de 2013, último, foi de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Todo o valor é contabilizado pela APM da escola e por meio de transparência é administrada junto ao seus membros d diretoria, para o bem e progresso da Unidade Escolar (foto 6).

Foto 6: Filhas, filho, netos e sobrinho do saudoso Prof. Sebastião de Castro, em comemoração de seu centenário.

Em 1995, o governador do estado de São Paulo, Mário Covas pauta-se:

[...] pelos princípios e métodos gerenciais das empresas privadas que tiveram oportunidade na segunda gestão de 1999 a 2002. A

produtividade, a flexibilidade, o controle de resultados a redução de custos foram defendidos como mais eficientes se comparados aos da administração burocrática, sob o discurso de proporcionar aos cidadãos serviços de melhor qualidade. Acrescentou-se a essa proposta a definição do currículo pela SEESP, destinado à formação de jovens e adultos, relacionada à pedagogia das habilidades e competências, cujo objetivo foi moldar um indivíduo adaptável ao mundo do trabalho do novo capitalismo (Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br>. Acesso em: 19 Nov. 2013).

Em 1996, é criado pelo governo, o SARESP (Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), com o objetivo de avaliar os alunos do 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. Regido pela Lei 9394/96, Res. SE 27/96 e Dec. 54.253/09 (Disponível em: . Acesso em: 20 Nov. 2013).

Em 1997, a EEPSG Prof. Sebastião de Castro, passa ser denominada Escola Estadual Prof. Sebastião de Castro, em consonância com a Lei 9394/96 (LDBEN). Contemplando somente o Ensino Fundamental (5a. a 8a. Séries) e o Ensino Médio (1o. ao 3o. Anos). Agrupados em 11 salas de aula, preenchidas nos períodos matutino (Ensino Médio); vespertino (Ensino Fundamental) e noturno (Ensino Médio). Não há mais suplência. Totalizando 1245 alunos.

A equipe administrativa é composta por uma direção, uma vice-direção, um secretário, três auxiliares administrativos, uma faxineira, duas cozinheiras, três inspetores de alunos e um caseiro e um corpo docente de 75 professores.

De 1998 a 2001: A Escola Estadual Prof. Sebastião de Castro foi mantendo sua estrutura física idêntica, não havendo nenhuma reforma, e somente manutenção. O seu corpo administrativo basicamente é o mesmo. O número de alunos matriculados diminui passando a ter em 2001, 920 alunos. Ocorreu diminuição de salas no período noturno (pouca procura). O corpo docente em 2001 é de 64 professores.

O foco político maior na administração pública estadual foi a instituição do Ciclo Básico, da Jornada Única e da Escola Padrão (Governo Montoro a Fleury) e o Programa da Educação Continuada (1996 a 1998) e o Circuito de Gestão (do governo Quéricia a Mario Covas) (Disponível em: <www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educação/Anais_V_coloquio/MENO2.pdf>. Acesso em 19 Nov. 2013)

O salário do professor de ensino secundário em 2001 está em torno de R\$ 959,00, (novecentos e cinquenta e nove reais). (Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-46982010000100004&scrip=sci_arttext>. Acesso em: 19 Nov. 2013), sendo o salário mínimo = R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), ou seja, 5,3 vezes mais que o salário mínimo (Disponível em: <www.guiatrabalhista.com.br>. Acesso em: 19 Nov. 2013). Observa-se que, em relação ao salário mínimo vigente, o professor ganha melhor, mas o poder de compra é inferior ao valor recebido.

Período entre 2002 a 2010.

O governo do Estado de São Paulo anuncia 10 metas para a melhoria da qualidade da educação ofertada (período de Alckmin e Serra):

1. Que todos os alunos sejam alfabetizados até o final do segundo ano de escolaridade;
2. Redução em 50% da taxa de reprovação na 8a. Série;
3. Redução em 50% da taxa de reprovação no ensino médio;
4. Implantação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos os ciclos;
5. Aumento de 10% nos índices de desempenho do ensino fundamental e médio nas avaliações nacionais e estaduais;
6. Atendimento da demanda de jovens e adultos de ensino médio com currículo profissionalizante diversificado;
7. Implantação do ensino fundamental de nove anos com prioridade à municipalização das séries iniciais – 1a. A 4a.;
8. Programa de Formação Continuada e capacitação das equipes de ensino;
9. Descentralização da merenda escolar nos 30 municípios que ainda não aderiram ao programa; e
10. Obras e melhorias de infraestruturas nas escolas (Disponível em: www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/2015/2051). Acesso em: 20 Nov. 2013).

Nos anos de 2002 a 2006, não houve modificações na estrutura física da EE Prof. Sebastião de Castro, bem como não ocorreu alterações pertinentes no setor administrativo e no seu corpo docente. No corpo discente houve um maior número de matrículas, principalmente no período noturno, chegando ao total de 1120 alunos. Somente à noite, existiam 08 classes, em média de 38 alunos por sala, todos do Ensino Médio.

No ano de 2007, foi criado o programa São Paulo Faz Escola, unificando o currículo pedagógico único, conhecido como Caderno do Aluno (Disponível em: www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/sao-paulo-faz-escola). Acesso em: 19 Nov. 2013).

A Lei 500/74 foi alterada pela Lei Complementar 1010/07, para os professores categoria F, que estão com aulas até 02Jun07. E os docentes eventuais, com vínculo até 02Jun07, passam para a categoria S (Disponível em: . Acesso em: 20 Nov. 2013).

No mesmo ano, a EE Prof. Sebastião de Castro passa por mais uma reforma. Agora é a quadra esportiva, que receberá uma cobertura com alambrados e portão de entrada (Disponível em: www.fde.sp.gov.br). Acesso em: 20 Nov. 2013).

Em 2008, a quadra da EE prof. Sebastião de Castro está coberta e cercada. Inicia-se a “provinha” para os professores contratados, segundo o Decreto nº 53161, de 24Jun2008, em seu Artigo 13:

A contratação temporária de docentes depende de participação em processo seletivo simplificado e classificatório, de âmbito regional, cujas

condições serão estabelecidas mediante resolução do Secretário de Educação, definindo normas e procedimentos relativo à matéria, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes” (Disponível em: . Acesso em 20 Nov. 2013).

A instalação da sala de informática pelo governo do estado de São Paulo: Acessa Escola, por meio do Decreto 52.756, de 27/2/2008

(Disponível:<www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=76452>. Acesso em: 20 Nov. 2013).

Em 2009, Entra em prática a Lei Complementar 1093, de 17/07/2009, estabelecendo as categorias profissionais docentes do Estado de São Paulo: A, P, F, L, O, S, I, V e R. Cada qual com sua especificação própria (Disponível em: . Acesso em: 20 Nov. 2013).

A EE Prof. Sebastião de Castro mantém sua estrutura arquitetônica anterior, mas tem mudanças, passando a atuar em três horários distintos: das 07:00 h às 12:20 h, tendo 20 minutos de intervalo, para a merenda, com alunos do 1º ao 3º anos do Ensino Médio, num total de 11 classes, sendo 180 garotos e 220 garotas, totalizando 400 alunos – média de 40 alunos por sala; das 13:00 às 18:20 h, com 20 minutos de intervalo para a merenda, abrigando os estudantes das 5a. a 8a. Séries, com 10 classes também, agrupando 230 meninos e 150 meninas, num total de 380 alunos – média de 38 alunos por sala e o período noturno, da 19:00 h às 23:00 h, aos alunos dos 1º ao 3º anos do Ensino Médio, com sete salas, com 175 rapazes e 105 moças, totalizando 280 alunos – numa média de 40 alunos por sala. A escola neste ano era composta de 1060 alunos.

No aspecto administrativo, a escola possui um diretor, um vice-diretor, duas coordenadoras pedagógicas, um secretário, duas agentes de administração, três inspetores de alunos, duas cozinheiras, uma faxineira e três professoras readaptadas, que exercem funções de auxiliares na administração escolar, respeitando o Decreto nº 39929, de 30Jan95 (Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 20 Nov. 2013).

Em 2010, a EE Prof. Sebastião de Castro, mantém o seu grupo de funcionários administrativos, mas há diminuição nas matrículas, principalmente no período noturno, que cai para quatro salas e o período matutino para 10 salas. O número total de alunos matriculados fica em 850. Não há nenhuma reforma, somente manutenção predial. Mas, a constituição de uma sala de vídeo e extinguiu-se a cantina.

O salário do professor de ensino médio em 2010 está em torno de R\$ 1 800,00 (hum mil e oitocentos reais) – vide figura em anexo; sendo o salário mínimo = R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais); logo, 3,6 vezes mais que o salário mínimo (Disponível em: <www.guiatrabalhista.com.br>. Acesso em: 20 Nov. 2013).

Período entre 2011 a Nov/2013:

Este último período de análise compreende o governo atual do estado de São Paulo, Geraldo Alckmim e o Secretário da Educação Herman Voorwald.

No ano de 2013, temos a nossa primeira aluna surda, a qual tem auxílio de uma intérprete. A mesma cursa o 6º ano do Ensino Fundamental e participa de todas as atividades curriculares e extracurriculares. Respeitando a Declaração de Salamanca:

[...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras [...] (Disponível em: . Acesso em 22 Nov. 2013).

A estrutura arquitetônica da EE Prof. Sebastião de Castro sofreu uma pequena reestruturação e construção: a secretaria mudou-se para uma outra sala, sendo ocupada pela coordenação pedagógica, e desmembrado a direção em duas salas (diretor e vice-diretor), ao lado da nova coordenação construiu-se uma nova sala de depósito de material. Têm-se 11 salas de aula, uma sala de informática, uma sala de vídeo, uma biblioteca, uma cozinha (merenda) e uma cozinha (para os funcionários), dois banheiros (docente) e dois para os alunos, uma quadra coberta, uma sala de educação física, uma sala de professores, dois estacionamento e uma sala da fanfarra. Além, da adaptação do piso para cadeirantes (acessibilidade motora).

O quadro de seus funcionários está disposto em: uma diretora, uma vice-diretora, duas coordenadoras pedagógicas, uma agente de administração (antiga secretário), seis agentes de operação (antigos inspetores de alunos e serventes), duas cozinheiras, um caseiro, cinco professoras readaptadas e duas agentes de limpeza terceirizadas.

Na área pedagógica ocorreu o fechamento de salas do período noturno (pouco demanda). Em 2011, tínhamos quatro salas; 2012, com 02 salas; e, em 2013 com uma sala. Não haverá período noturno para 2014. No período matutino continua o Ensino Médio e no período da tarde, o Fundamental.

O número total de alunos em 2013 é de 350 no período diurno e 380 vespertino e 47 noturno. Totalizando 807 alunos (Foto 7 e 8).

Foto 7: fachada EE Prof. Sebastião de Castro
2013.

Foto 8: Frente da EE Prof. Sebastião de Castro
2013.

Conclusão

Este ensaio, ainda incompleto, apresenta novidades, características importantes e menções sobre as políticas públicas de 1959 a 2013 aplicadas no Brasil, e principalmente no estado de São Paulo, atingindo a Escola Estadual Prof. Sebastião de Castro, desde sua fundação até os dias de hoje.

A Unidade Escolar referenciada, localiza-se a Rua Ricieri José Marcatto, nº 600, Vila Suissa – Distrito de César de Sousa, no município de Mogi das Cruzes/SP, tem um arquivo morto valiosíssimo, que apresenta seus livros-matrículas, registros de docentes, atas de supervisão e demais documentos oficiais desde sua criação até o momento, proporcionando uma aula magistral de POEB.

Ao complementar tal pesquisa de documentos com sítios visitados, por meio da “web” engrandeceu este trabalho, como propiciou o crescimento do conhecimento deste relator, reformando sua visão crítica e de compreensão sobre os fatos que ladeiam uma escola pública como as políticas educacionais de São Paulo e do Brasil.

Nesse estudo sobre a POEB numa escola pública, conclui-se, mesmo antecipadamente que, dentre outras hipóteses, que é relevante que o professor de uma escola conheça basicamente ou profundamente, se possível, a memória histórica de sua Unidade Escolar, que exerce suas funções profissionais, para assim, possa ter um vínculo cada vez mais estreito e forte com a mesma.

O vínculo afetivo é a capacidade (inata e subjetiva) do ser humano em unir-se a uma ou várias pessoas afetivamente, de forma plena, em uma relação de doação de amor e completude [...] A construção de uma relação emocional afetuosa é um laço, é um nó que se prende ao outro – de forma não dependente. (Disponível em: <http://psicanalizandoavida.blogspot.com.br/2012/03/o-medo-e-uma-das-emocoes-mais-raizadas.html> >. Acesso em: 30 Nov. 2013).

Esse vínculo faz com que o professor valorize seu local de trabalho e o faça com qualidade e transmita esse valor ao seu aluno.

Outra marca interessante, que este ensaio apresenta, é que os governos federal e estadual, de 1959 a 2013, tinham grande preocupação com o prédio escolar, livros didáticos, material de consumo, merenda e instrumentos tecnológicos, dependendo de sua época; mas, o currículo permanecia engessado numa grade, que nenhuma avaliação provará o contrário: que ocorre uma marginalização educacional, promovendo à pedagogia da exclusão.

A educação infelizmente demonstra como o neoliberalismo pode afetar de forma dramática o modo como podemos nos beneficiar com ela. Hoje, o que se pratica é uma educação de qualidade para poucos, bem poucos, enquanto que para o resto só sobra a repetição de um conteúdo desestimulante e já conhecido. Isso sem falar da precariedade de estruturas e de docentes. (Disponível em: <http://blogaodojoao.wordpress.com/2009/09/20/resenha-pedagogia-da-exclusao-gentili/> >. Acesso em: 30 Nov. 2013).

Essa pedagogia, que demonstra ser um processo político de resolver o problema da exclusão (aluno fora da escola), mas que o mesmo estando no mínimo 75% presente na escola, encontra-se excluído da sociedade e do mercado de trabalho, isto é, não é qualificado.

A qualidade de ensino mencionada em 1959 (Manifesto dos educadores mais uma vez convocados) e também pelos Militares (1964) e por fim pela Constituição Federal (1988) e LDBEN (1996), pouco propuseram para sua efetiva realização; logo, a sua presença – qualidade educacional – não é tão atrativa ou vibrante, a ponto de ser relatada, por ora, segundo as observações e leituras realizadas no documento do arquivo morto da Unidade Escolar, bem como dos sítios e bibliografias pesquisadas.

Em suma, concluo que, este ensaio enriqueceu-me de conhecimentos, ora não conhecidos; bem como, que o salário do professorado é o mesmo desde sempre (mudando seu poder de compra), tirando alguma exceções; e que a qualidade educacional pública prestada ainda está aquém do que se espera; logo, finalizo momentaneamente que, para encontrarmos a qualidade almejada temos que ter uma reforma educacional; e talvez a CONAE 2014, seja o primeiro passo.

Referências Bibliográficas e Sítios Visitados

GUIRALDELLI, Paulo. *Historia da Educação*. São Paulo: Cortes, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Lições da escola primária*. In: SAVIANI, Demerval (et. al.). O legado educacional do século XX no Brasil. Campnas: Autores Associados, 2004.

VEIGA, Ilma Passos (coord). *Repensando a Didática*. Campnas: Papyrus, 1989.

<http://psicanalizandoa vida.blogspot.com.br/2012/03/o-medo-e-uma-das-emoco-es-mais-enraizadas.html>

<http://blogaodojoao.wordpress.com/2009/09/20/resenha-pedagogia-da-exclusao-gentili>

<http://denorte1.edunet.sp.gov.br>

<http://www.sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/01sisifo.pdf>

<http://www.sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/01sisifo.pdf>

<portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

www.promonengenharia.com.br

www.histedbr.fae.unicamp.br

www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/033_bertha.pdf

www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm

www.portal.mec.gov.br

www.cpdoc.fgv.br

www.monogafias.brasilecola.com

www.recantodasletras.com.br

www.governo-sp.jusbrasil.com.br

www.arquivoestado.sp.gov.br/iconografico/filmes/php

www.educacaopublica.rj.gov.br

<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/704.pdf>

www.al.sp.gov.br

www.scielosp.org/pdf/rsp/v4n1/10.pdf

www.histedbr.fae.unicamp.br

www.pedagogiaemfoco.br/l5692_71.htm

www.educabrasil.com.br/eb/disc/dicionario.asp?id=365

[www.wikipedia.org/wiki/L.ei_da_anistia\(Brasil\)](http://www.wikipedia.org/wiki/L.ei_da_anistia(Brasil))

www.ultimosegundo.ig.com.br

www.apoeesp.org.br/o-sindicato/historia

www.planalto.gov.br

www.books.google.com.br

www.polmil.sp.gov.br/unidades/1bpmm/atividades.htm

www.bibliotecadigital.unicamp.br

www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educação/Anais_V_coloquio/MENO2.pdf

www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-46982010000100004&scrip=sci_arttext

www.guiatrabalhista.com.br

www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/2015/2051

www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/são-paulo-faz-escola

www.fde.sp.gov.br

www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=76452

www.jusbrasil.com.br